



DECISÃO JUDICIAL

R\$ 4,4 mi a mais para saúde

Recursos destinados à área reduziram de 2012 para 2013, o que viola princípio da proibição do retrocesso social, segundo o MPE

GLÁUCIO NOGUEIRA
DA REDAÇÃO

O Estado de Mato Grosso deverá aumentar em R\$ 4,4 milhões o orçamento do Fundo Estadual de Saúde. O valor se refere a uma redução nos recursos destinados para a saúde pública entre os anos de 2012 e 2013. Enquanto que a Lei Orçamentária Anual aprovada em 2011, que vigorou no ano passado, previa gastos de mais de R\$ 987 milhões, a deste ano assegura menos de R\$ 983 milhões em verbas. A determinação, em caráter liminar, foi concedida pela Justiça após ação movida pelo Ministério Público Estadual (MPE).

Como forma de garantir a suplementação, a desembargadora Maria Aparecida Ribeiro deu prazo de 7 dias, que será contado a partir da intimação, para que cortes em áreas não essenciais sejam feitos de forma a contemplar o orçamento da Saúde. O descumprimento da decisão gerará o bloqueio de valores dos cofres públicos estaduais e de verbas destinadas a estes serviços.

Promotor de Justiça responsável pela ação, Alexandre de Matos Guedes explica que o corte no orçamento da pasta, enquanto há um



Otmar de Oliveira

Representantes do Conselho Estadual de Saúde afirmam que em relação a custeio e investimentos, montante reduzido é ainda maior

aumento nos serviços não essenciais, viola o princípio da proibição do retrocesso social. “O orçamento mesmo mostra que ao contrário do que se propaga, o Estado não vive uma crise financeira, apenas escolhe outras áreas para gas-

tar, como publicidade oficial e o custeio do poder legislativo”.

A redução no valor global do orçamento ultrapassou R\$ 4 milhões, mas representantes do Conselho Estadual de Saúde (CES/MT) afirmam que em relação a custeio e

investimentos o montante reduzido é ainda maior. Integrante da Comissão de Análise do Orçamento, o sindicalista Orlando Francisco destaca o corte de R\$ 10 milhões em investimentos nas unidades. “No ano passado estava previsto o apor-



Orçamento estadual para este ano é de aproximadamente R\$ 13 bilhões

te de R\$ 26 milhões e neste de apenas R\$ 16 milhões”.

Além disso, reformas nos prédios usados no atendimento, que não deveriam entrar no campo de investimentos, acabam entrando nesta conta, salienta o sindicalista. “Sem contar a redução nas outras despesas. Em contrapartida, houve um acréscimo de mais de R\$ 40 milhões em gastos com pessoal”. Na prática, além de reduzir o valor global, o Estado cortou investimentos e despesas para cobrir a folha de pagamento.

Membro do CES e servidora do Estado, Alzira Saldanha pontua que a medida do governo não se justifica. “Pelo contrário, acho que o caos no sistema, acentuado desde 2010, deveria motivar em qualquer gestor o aumento no orçamento. A Saúde deve ser tratada como prioridade, mas o que vemos nas contas, ainda mais quando analisamos os gastos não essenciais, é que não é”.

Conselho cobra transparência

DA REDAÇÃO

A falta de transparência nas informações orçamentárias da Secretaria de Estado de Saúde (SES/MT) fez com que membros do Conselho Estadual de Saúde (CES/MT) apontem para a rejeição do Relatório Anual de Gestão do ano de 2012 (RAG). O documento deverá ser colocado em pauta ainda este mês, durante reunião extraordinária do colegiado.

Membro da Comissão de Análise do Orçamento, o professor Orlando Francisco

afirma que existem, no momento, informações divergentes. “Existe uma legislação que determina como o Estado deve proceder na questão do orçamento, tanto na destinação quanto na execução. Quando uma secretaria não cumpre isso, caso de Mato Grosso, está em situação irregular”.

O sindicalista saliente que a liminar deferida pela Justiça de Mato Grosso, que determinou uma suplementação nas contas do Fundo Estadual de Saúde, resolve apenas um de muitos problemas existen-

tes. “A judicialização é um deles. O dinheiro para custear estes processos não pode sair da verba da Saúde, mas sai”. Francisco disse que vários alertas foram dados, mas nada foi feito.

OUTRO LADO - Por meio da assessoria, a Secretaria de Estado de Planejamento (Seplan), responsável pelo orçamento, afirma que não foi notificada da decisão, mas que apenas este ano já aportou aproximadamente R\$ 70 milhões na Saúde, além do previsto. (GN)



Chico Ferreira/Arquivo

Sindicalista salienta que liminar deferida resolve apenas um, de muitos problemas existentes

CENTRAL

MPF pede conclusão do hospital

DA REDAÇÃO

O Ministério Público Federal (MPF) enviou requerimento à Justiça Federal para que o governo de Mato Grosso apresente documentação que comprove a realização de nova licitação para conclusão do Hospital Central de Cuiabá. A determinação para o término da construção é de agosto de 2010, mas até o momento não foi cumprida.

O requerimento, do procurador da República Marco Antônio Ghannage Barbosa, destaca que na época em que a Justiça determinou a construção do local, o Estado

apresentou recursos na tentativa de suspender a sentença, porém, como os documentos ainda não foram apreciados, a primeira decisão é válida e deve ser cumprida. “Não há decisão judicial que suspenda os efeitos da sentença que condenou o governo a concluir o hospital. Enquanto a saúde pública está em crise e pessoas são atendidas nos corredores sem o mínimo de dignidade, a obra completamente abandonada do Hospital Central de Cuiabá vira um monumento à corrupção”, afirmou Barbosa.

Sobre os valores empregados para a conclu-

são da obra, o procurador da República explica que esta é responsabilidade do Estado. “É preocupação do Executivo buscar alternativas para solucionar a situação que há 3 anos foi ressaltada em determinação judicial. É fato que hoje percebe-se que além da decisão judicial, há também uma necessidade social para com a população que utiliza a saúde pública”.

OUTRO LADO - A reportagem entrou em contato com a Secretaria Estadual de Cidades (Secid) e o MT-Participações e Projetos S/A (MT-Par), mas os telefones não foram atendidos.



Chico Ferreira/Arquivo

Determinação para término da obra é de agosto de 2010, mas até o momento não foi cumprida